

## Música e políticas públicas para a juventude: por uma nova concepção de pesquisa musical

*Samuel Araújo et alli<sup>1</sup>*

*Laboratorio de Etnomusicologia da UFRJ*

e-mail: [etnomusicologia@acd.ufrj.br](mailto:etnomusicologia@acd.ufrj.br)

web: [www.musica.ufrj.br/etnomusicologia](http://www.musica.ufrj.br/etnomusicologia)

### **Sumário:**

Discutir-se-á potencial da pesquisa musical em políticas públicas para a juventude a partir do projeto Musicultura, uma iniciativa de instituição estatal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com uma organização local da favela da Maré, buscando implementar ação conjunta entre poder público e sociedade no planejamento de políticas públicas protagonizadas, de fato, por jovens. Nesse sentido, o Musicultura se apóia em dois conceitos básicos: o primeiro, de que os jovens não estão "perdidos" e, portanto, não necessitam serem "salvos" ou "resgatados", e o segundo é a própria implementação do projeto que parte da concepção freireana de produção dialógica do conhecimento.

**Palavras-Chave:** etnomusicologia - políticas públicas - pesquisa musical - pesquisa colaborativa

### **Introdução**

“De uns tempos para cá tenho pensado muitos nos projetos pelos quais passei e de fato sinto que sempre fomos tratados como seres necessitados de ações concretas que pudessem nos ajudar a sair de uma situação de risco”<sup>2</sup>. Esta fala de Jaqueline constitui um bom ponto de partida para fazermos neste artigo algumas considerações relevantes, a cerca das políticas públicas para a juventude, no Brasil, em particular, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de iniciativas governamentais ou originadas a partir de organizações filantrópicas que possuem, como objetivo principal, a tarefa de criar para os jovens, alternativas que não os levem para os caminhos errados da marginalidade. Normalmente, esses projetos atuam nas áreas favelizadas da cidade, já que esses locais, supostamente, excluídos da sociedade formal são vistos como o grande foco de ações criminosas.

As ações de inúmeros projetos sociais atuantes em favelas, onde muitos jovens encontram-se engajados praticando capoeira, música, teatro, futebol, entre outras atividades partem do princípio de que em um contexto de criminalidade intensa é preciso afastar o jovem de qualquer possibilidade de envolvimento com práticas ilegais. Nesse sentido, a ocupação do tempo torna-se essencial, uma vez que “ócio disponível para o favelado é sempre um sinal de perigo”. Para esse personagem, tão coitado ou potencialmente perigoso torna-se imprescindível um emprego ou um projeto social, valendo a lembrança de que o primeiro, no atual cenário nacional, anda difícil, enquanto o segundo se multiplica cada vez mais.

Tal lógica é perversa, pois parte de um entendimento parcial da favela. Nesse modo de pensar, os jovens residentes favelados são potenciais criminosos, seja pelo contexto local de

---

<sup>1</sup> Co-assinam o artigo os seguintes membros do Grupo Musicultura: Alexandre Dias da Silva, Diogo Vitor Araújo, Fernanda Santiago França, Gilmar Santos da Cunha, Humberto Salustriano, Ingrid Barreto da Silva Alves, Jaqueline Souza de Andrade, Jessica Andrade Correia de Macedo, Mariluci Correia do Nascimento, Mario Rezende Travassos do Carmo, Nathália Faustino Pereira, Otacília dos Santos Silva, Rosana Lisboa, Samuel Araújo, Sibebe D. Mesquita, Sinesio Jefferson Andrade Silva.

<sup>2</sup> Afirmativa de Jaqueline Andrade - jovem universitária da Maré, co-autora deste artigo.

violência ou mesmo pelas condições adversas que enfrentam. De acordo com esse raciocínio os projetos sociais, afastando os jovens da criminalidade, estariam também colaborando para a segurança pública.

De todo jeito, não são todos os projetos que possuem esse olhar criminalizante sobre os espaços populares. Entretanto, muitos guardam ainda forte dose de estereótipo. Sem meias palavras, ao invés de coitados os favelados tornam-se exóticos. Aqui, o objetivo é fazer com que a favela ao invés de produzir o inimigo público número um, ofereça o grande craque do futebol, ou quem sabe o sambista do momento.

Nenhuma das duas perspectivas apesar de dispensarem aos jovens, tratamento diferente, discute as condições que permitem a favelização e possíveis soluções para que se construa uma cidade mais justa. É um perfil de trabalho assistencialista e não transformador, com isso fica difícil imaginar que esse jovem atendido de fato se tornará um protagonista de mudanças significativas para ele mesmo e para seus pares (vizinhos, amigos, parentes e demais da rede comunitária).

As políticas públicas para a juventude, nesse sentido, discutem muito pouco as questões concernentes ao tal “protagonismo juvenil” que, na maioria das vezes entende a participação dos jovens nos processos políticos de mudanças, como meros executores de projetos já pré-concebidos. Sejam por iniciativas dos próprios governos, sejam por iniciativas de diversas Organizações Não Governamentais.

### **Políticas (1): Ação Do Estado E Proliferação De Ongs**

A respeito desse tema, cabem inclusive, algumas considerações de nossa parte, já que a grande proliferação de projetos sociais dentro das áreas pobres da cidade se devem às ações das ONGs. O que nos compete questionar diante disso é: será que as políticas para juventude que partem dessas organizações atendem de fato as reais necessidades e contribuem para transformações estruturais da sociedade?

Inicialmente, devemos não nos esquecer que as ONGs estão inseridas dentro de um projeto político neoliberal que entende a ação do Estado descentralizada sob as rédeas da iniciativa privada. Nesse sentido, as diversas atividades promovidas pelas organizações não governamentais, na maioria dos casos, caracterizam-se pela substituição do poder público, resultando em produtos culturais mercadológicos (livros sobre violência, CDs de grupos musicais diversos, etc) que objetivam angariar mais recursos para a manutenção das próprias instituições e assim realizar mais projetos sociais de cunho “salvacionista” e assistencial, um círculo vicioso perverso que pouco toca em questões de transformação de fato e concepção de um novo mundo.

Poderíamos citar inúmeros casos que exemplificam essa relação entre poder público, população e instituições terceirizadas, entretanto, nos deteremos apenas em dois: o primeiro deles trata-se justamente dos chamados projetos culturais que se espalham de forma impressionante nos espaços de favela na cidade e que se embasam, quase sempre, pelo mesmo argumento posto no início deste artigo: é preciso que o favelado esteja sempre desenvolvendo alguma atividade artística, pois dessa forma, diminuirão as chances para que ele entre no tráfico de drogas.

Nesse sentido, o grande número desses projetos culturais dentro das favelas acaba assumindo a posição de postos de trabalho em substituição ao emprego formal, cada vez mais difícil de se conseguir. De um certo modo, são vistos pelos jovens como um ganho a mais na procura de uma ocupação profissional.

São problemáticos, no entanto, a duração desses projetos (contratos temporários que não garantem a menor estabilidade) e o tipo de organização do ensino que caracteriza a instituição promotora da iniciativa. Em alguns casos, os jovens estão ali para aprender de uma forma acrítica, em que ele é apenas o receptor de determinado conteúdo e não tem qualquer participação na formulação do mesmo. Será que os proponentes estariam preocupados em saber o que os jovens sentem, como se importam ou até mesmo em fornecer responsabilidades ou a troca de experiências?

Uma outra questão importante a se levantar diz respeito à própria fantasia profissional que é vendida dentro desses projetos. Parte-se do pressuposto de que todos aqueles garotos que aprendessem a tocar minimamente um instrumento, a cantar ou a dançar estariam prontos para ingressar no mercado artístico. Neste mundo fantástico é criada a ilusão de que todos têm aptidão para artes, farão sucesso e ganharão muito dinheiro desta maneira. Sendo assim, cada vez mais são mostrados os exemplos de supostas vitórias individuais como o modelo esperado. Cabe aqui, contudo, perguntar: Será que há tanto espaço assim, no meio artístico, para todos os grupos formados? E ainda: o que fazer com o jovem que não se interessar por dançar ou cantar, por exemplo? Será que todos da favela já nascem com paixão pelo tambor? A vitória individual daquele indivíduo transformará toda a sociedade?

Dentro dessa perspectiva, novamente o individualismo e o mérito pessoal são o que importa. O fato da grande maioria das pessoas não poder tocar tambor para sobreviver não faz nenhuma diferença, o que importa é que aquele indivíduo em particular não vai entrar para o tráfico, virar assaltante, ou de alguma forma incomodar a classe média, salvemos um, então, e ele servirá de exemplo.

A questão principal, nesse sentido, é a seguinte, de que adianta o menino bater tambor durante o dia, sonhando entrar para o seleto grupo de artistas da MPB, e à tarde ir para a escola e não assistir aula de matemática, física ou história por falta de professor.

Essas são questões essenciais que nos permitem pensar o grau de eficiência desses projetos e quais formas interessantes de planejamento de políticas públicas para e com a juventude podem ser pensadas de uma maneira mais interessante e dialógica. Até porque um outro questionamento não poderia deixar de ser registrado neste artigo a respeito desse assunto: muitos jovens de classe média e alta tiveram toda a vida acesso a educação de boa qualidade, às artes em geral e à dita cultura “letrada” e, ainda assim, muitos deles traficam e consomem drogas. Será que para eles a “cultura” não funcionou?

Nosso segundo exemplo da relação entre Estado e sociedade civil está intimamente ligado ao problema da violência. Ao se planejar políticas públicas para a juventude de forma intrinsecamente ligada à questão da segurança pública, o Estado entende o jovem envolvido com o tráfico de drogas – e, de maneira mais geral, o espaço de moradia representado por ele – como o responsável pelo grande estado de mazelas em que se encontra a sociedade.

A construção dessa “imagem perigosa”, parte em grande medida, dos próprios meios de comunicação que formam a opinião pública negativa a respeito dos espaços favelados. A exemplo disso, recentemente, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens intitulada “Ilegal e Daí?” em que, ao discutir a questão da moradia em favelas, quase sempre aborda a tese do aumento da violência nas áreas próximas a esses espaços, apontando a remoção como alternativa para os problemas da cidade. Nesse sentido, o Estado se exime do dever de proteção a todos os cidadãos, independentemente, de sua classe social; e se exime também de sua responsabilidade como produtor de parte desta violência.

## **Políticas (2): Musicultura como uma proposta de formulação e gestão de ações para e com a juventude**

Todas as críticas postas neste artigo a respeito das concepções atuais de políticas para o jovens, obviamente, não significa afirmar que a construção de uma forma de trabalho diferente seja algo fácil de se fazer, ou que acontecerá em um passe de mágica, de um dia para o outro. Até porque, pensar novas formas de trabalhar com os jovens sob a ótica das políticas públicas implica mesmo em uma reconstrução quase que total dos métodos vigentes.

Apesar das políticas públicas para a juventude fazerem parte das preocupações de legisladores, técnicos, acadêmicos e até mesmo, de modo geral, dos movimentos sociais ainda é necessário discutirmos o papel ativo do jovem não somente na execução ou gestão, mas acima de

tudo na formulação de tais políticas. Dar instrumentos à formulação e legitimá-la no quadro institucional vigente significa, em outras palavras, o reconhecimento e exercício do jovem como autor de seu próprio tempo e espaço, e como cidadão com direito a tal autoria. Desnecessário dizer que a concepção de autoria de que aqui se trata, e conseqüentemente de direitos autorais, diverge radicalmente daquela de cunho individualista e privado, derivada de noções de propriedade industrial.

Sob esta ótica, afinada com as proposições de Paulo Freire (1970, 1996) acerca do diálogo como condição fundamental do conhecimento, políticas públicas que não contemplem os jovens como co-autores (muito além, portanto, até mesmo da idéia de co-gestão) serão sempre suscetíveis à alienação parcial ou completa dos mesmos e ao iminente esvaziamento das ações que lhes são dirigidas.

O projeto Musicultura parte do próprio Estado, através da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da efetivação de uma parceria com uma organização local, na favela da Maré, e busca implementar na prática a ação conjunta entre poder público e população, no planejamento de políticas públicas protagonizadas, de fato, pelos jovens.

Nesse sentido, o grupo Musicultura trabalha com dois conceitos básicos: o primeiro, de que os jovens não estão “perdidos” e, portanto, não necessitam serem “salvos” de alguma coisa, e o segundo é a própria implementação do projeto que parte da concepção freireana de produção dialógica do conhecimento. Ou seja, a idéia central do projeto é o foco na participação efetiva da juventude no processo de criação e formulação de atividades de pesquisa, manifestando a liberdade de opinião, sem hierarquias e privilegiando, dessa forma, a participação política na própria periferia e, de uma maneira geral, na sociedade.

## **Conclusão**

Em síntese, a discussão precedente coloca em pauta a questão: devem as políticas públicas para a juventude restringir-se à ação emergencial ou integradora à ordem vigente? Ou devem ter seu conteúdo expandido—ou, quiçá, transformado—em ações legitimadoras do direito à plena inserção social, incluindo possibilidades de auto-representação e formulação política?

Adotando uma perspectiva de pesquisa que toma como fundamental a noção de diálogo avançada por Paulo Freire, em contraposição à acepção timidamente participativa prevalente em outros quadrantes teóricos, a experiência aqui debatida abre a possibilidade de redefinição da categoria “direito” para além do mero resgate de propriedade privada, rumo à construção mais equânime e justa da cidadania.

## **Referências Bibliográficas**

Freire, Paulo. (1970). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

———. (1996). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 23ª Edição.